



PREFEITURA MUNICIPAL

# **SANTANA DO ITARARÉ**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°. \_\_\_\_\_/2022.

**SÚMULA:** "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ENVIAR A PROTESTO AS CERTIDÕES DE DÍVIDA ATIVA - CDA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, *JOSÉ DE JESUZ IZAC*, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ENVIA A ESTA CASA O SEGUINTE PROJETO DE LEI:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo, por meio da Divisão Municipal de Fiscalização e Arrecadação de Tributos, autorizado a encaminhar e a promover o acompanhamento dos protestos extrajudiciais e a inclusão nos cadastros de inadimplentes, das Certidões De Dívida Ativa - CDA de créditos tributários e não-tributários do Município de Santana do Itararé/PR, sem prévio depósito de emolumentos, custas ou qualquer despesa para o ente público municipal, conforme disposto na Lei Federal nº 9.492 de 10 de setembro de 1997, alterada pela Lei Federal nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012.

**Parágrafo único.** Os efeitos do protesto alcançarão os responsáveis tributários, nos termos do disposto no Código Tributário Nacional e no Código Tributário Municipal, quando for o caso.

**Art. 2º.** A Divisão Municipal de Arrecadação e Fiscalização de Tributos não submeterá o crédito inferior ou igual a 01 (um) salário mínimo a ajuizamento judicial, sendo vedado o ajuizamento de execução fiscal pela Procuradoria Jurídica quando



PREFEITURA MUNICIPAL

# **SANTANA DO ITARARÉ**

o valor atualizado da CDA estiver enquadrado neste limite, tanto para os créditos tributários, como os não tributários.

**Parágrafo único.** Os limites previstos neste dispositivo não se aplicam:

I - aos casos tipificados como crime contra a ordem tributária, consoante previsão em lei específica;

II - aos casos de substituição e retenção tributárias;

III - aos demais casos em que a Procuradoria Jurídica entender necessário o ajuizamento.

**Art. 3º.** Os encaminhamentos das Certidões de Dívida Ativa - CDA ao Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos se dará pela Chefe da Divisão Municipal de Arrecadação e Fiscalização de Tributos, após prévia apuração e da atualização dos valores de cada crédito, respeitando o limite de 01 (um) salário mínimo e observados os prazos contidos nesta lei.

**§1º.** Os créditos com valores superiores ao previsto no caput serão encaminhados à Procuradoria Jurídica do Município para ajuizamento de ação de execução fiscal e não serão levados a protesto extrajudicial.

**§2º.** Como medida menos onerosa ao contribuinte, o encaminhamento das Certidões de Dívida Ativa - CDA a protesto se dará a cada 04 (quatro) anos em observância do prazo prescricional de 05 (cinco) anos.

**§3º.** O prazo para encaminhamento dos créditos a protesto pela Chefe da Divisão Municipal de Arrecadação e Fiscalização de





PREFEITURA MUNICIPAL

# **SANTANA DO ITARARÉ**

Tributos será até o dia 30 de novembro, observado o lapso temporal previsto no §2º.

**Art. 4º.** Os títulos parcialmente quitados poderão ser levados a cobrança judicial ou extrajudicial dependendo do valor, pelo saldo devidamente atualizado.

**Art. 5º.** Uma vez quitado integralmente o débito, o devedor deverá encaminhar o comprovante junto ao Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos, requerendo para que se proceda a baixa do protesto, sendo este encaminhamento responsabilidade exclusiva do devedor.

**Parágrafo único:** É do devedor a responsabilidade pelo pagamento dos valores correspondentes aos emolumentos cartorários e taxas extrajudiciais (FUNREJUS) devidos pelo protesto no momento da baixa, cancelamento ou qualquer outro que venha incidir nos atos autorizados por esta Lei.

**Art. 6º.** Esta lei complementar entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO ITARARÉ, EM 05 DE ABRIL DE 2022.

**JOSÉ DE JESUZ IZAC**  
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL

**SANTANA DO ITARARÉ**

**JUSTIFICATIVA**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores;

Nobres Edis:

Tenho a honra de encaminhar para apreciação desta Casa de Leis, o presente projeto de lei que possibilita o protesto de Certidões de Dívida Ativa - CDA, junto ao Tabelionato de Protestos e Notas.

Referido projeto tem o objetivo de tornar a cobrança de dívidas tributárias (IPTU, ISS dentre outros) e de dívidas não tributárias, menos oneroso para o contribuinte santanense.

Atualmente as custas e demais despesas processuais estão em torno de R\$ 600,00 (seiscentos reais), sendo que os emolumentos de protesto extrajudicial não ultrapassa R\$ 204,18 (duzentos e quatro reais e dezoito centavos) e o FUNREJUS, que é recolhido em favor do Tribunal de Justiça do Paraná é de 0,2% incidente sobre o valor da dívida, tornando o protesto uma alternativa mais vantajosa para o contribuinte, que arcará com menos custo no momento do pagamento.

Assim, encaminhamos o presente Projeto de Lei, solicitando que seja o mesmo aprovado pelos nobres vereadores.

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM 05 DE ABRIL DE 2022.

**JOSÉ DE JESUZ IZAC**

Prefeito Municipal